

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003242-42.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Prescrição e Decadência**
 Embargante: **Artesanato de Bebidas Royale Ltda - Me e outros**
 Embargado: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Artesanato de Bebidas Royale Ltda – ME, Jose Braguim e Neusa Aparecida Caldi Braguim opuseram, às fls. 01/12, embargos à execução que lhes move o Banco do Brasil S/A. A execução está alicerçada em um contrato de empréstimo celebrado entre o embargado e a embargante pessoa jurídica, como mutuária, e os embargantes pessoas físicas, como avalistas. Sustentam os embargantes (a) prescrição (b) inadmissibilidade da conversão da busca e apreensão em execução, no caso concreto, porquanto os bens estão na posse da embargante e podem ser apreendidos (c) equívoco na atribuição do valor à causa, no pedido de conversão da busca e apreensão em execução de título extrajudicial.

Os embargos foram recebidos sem efeito suspensivo (fls. 415).

O embargo não ofertou impugnação (fls. 418).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

O STJ firmou entendimento de que "a ausência de impugnação dos Embargos à Execução não implica revelia, uma vez que, na fase executória, o direito do credor encontra-se consubstanciado no próprio título, que se reveste da presunção de veracidade, cabendo ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

embargante-executado o ônus quanto à desconstituição de sua eficácia" (AgRg no REsp 1224371/PR, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ªT, j. 01/10/2015).

No mesmo sentido: AgRg no REsp. 1.447.289/SP, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe 2.9.2014; AgRg no Ag 1.229.821/PR, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 9.4.2012; AgRg no REsp. 1.162.868/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 19.2.2010.

Passo, pois, ao julgamento, sem reconhecer os efeitos da revelia no caso.

Sobre a prescrição, com o inadimplemento do débito pelo devedor fiduciário, abrem-se ao credor duas possibilidades distintas: mover a ação de busca e apreensão, ou mover a ação de execução de título extrajudicial.

A busca e apreensão está fundada em direito real de garantia, titularizado pelo credor, objetivando a consolidação da posse e propriedade do bem para que seja viabilizada a sua alienação com o propósito de o preço ser aplicado no pagamento do débito e despesas de cobrança.

O prazo prescricional dessa ação é de 10 anos, nos termos da regra geral do art. 205 do Código Civil (TJSP, Ap. 0021792-53.2013.8.26.0002, 25ª Câmara de Direito Privado, j. 06/04/2016).

A execução de título extrajudicial está fundada em direito obrigacional, titularizado pelo credor, objetivando a direta e imediata cobrança do crédito bancário.

O seu prazo prescricional é de 05 anos nos termos do art. 206, § 5º, I do Código Civil (STJ, AgRg no AREsp 316.560/RS, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, 4ªT, j. 03/02/2015), vez que se trata de dívida líquida constante de instrumento particular.

São pretensões não apenas distintas, mas independentes, que nascem com a violação do direito, pelo inadimplemento, vez que não é obrigatório o ajuizamento da busca e apreensão antes da execução extrajudicial - pode-se propor, de imediato, a execução, como aliás preceitua o art. 5º do DL nº 911/69, ao referir-se à ação executiva "direta", em contraposição à "convertida".


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tais pretensões são independentes. A dependência existe apenas no tocante à execução "convertida", fundamentada em, na ação de busca e apreensão, não ser encontrado o bem alienado – art. 4º do DL nº 911/69 – porque essa execução, a "convertida", pressupõe uma prévia ação de busca e apreensão, e o próprio fato gerador dessa execução – a "violação do direito" – está em um fato que só pode constatado durante a busca e apreensão – o insucesso na tentativa de localização.

Faz sentido supor que a execução fundada na não localização do bem sequer tenha sua prescrição iniciada, enquanto não configurado o fato objetivo que a justifica. Mas não faz sentido afirmar o mesmo se a execução está fundamentada no inadimplemento puro e simples, embora conhecido o local dos bens.

Quanto ao caso dos autos, é preciso identificar, materialmente, se a execução movida pela instituição credora é a "direta" ou a "convertida", o que não se pode fazer com base no procedimento casuisticamente adotado, mas sim com base no suporte fático substancial que ensejou, no processo, a deflagração do processo executivo.

Nesse sentido, observamos às fls. 367/369 que, em 08.2014, o credor pediu a execução não porque desconhecido o paradeiro dos bens – ao contrário, há anos já se sabia onde estavam localizados – e sim porque, segundo exposto em petição da própria instituição credora, "da complexidade dos bens em questão e a própria ausência de meios hábeis para a apreensão de mobiliário diverso e que não tem grande expectativa de valor de mercado".

Ora, com todas e as merecidas vênias a entendimento diverso, para nós tal assertiva é o retrato flagrante de que o motivo do ajuizamento da ação de execução – e implícita desistência da busca e apreensão, embora a providência ainda fosse cabível e viável – liga-se a fatos que já eram do conhecimento do credor há muitos anos, desde quando celebrada a avença, desde quando inadimplido o contrato no longínquo ano de 2007.

O credor, em 2007, já conhecia os bens alienados, portanto a sua "complexidade" e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a dificuldade de encontrar "meios hábeis" para a sua remoção.

Todavia, em 2008, sabedor de tais fatos, optou pela busca e apreensão, e não pela execução extrajudicial.

Ora, movida a busca e apreensão, emerge dos autos, claramente, que o credor foi absolutamente inerte, porquanto foram inúmeras – de fato incontáveis - as ocasiões em que o cumprimento da ordem judicial de busca e apreensão restou inviabilizada única e exclusivamente pela circunstância de o embargado não praticar algum ato indispensável para tanto.

Tais omissões do embargado são o motivo que, isoladamente, ensejou o atraso do processo por longos 06 anos, desde a propositura em 2008 até o pedido de "conversão" – fundado em causa que existia desde 2007! - em 2014.

A ação de busca e apreensão foi distribuída em 30.05.08, vide fls. 77 e ss., com liminar deferida em 06.06.08, fls. 116.

A integração da relação processual pelos embargantes Artesanato de Bebidas Royale Ltda – ME e Jose Braguim Braguim deu-se rapidamente, em 08.2008, conforme fls. 127/129.

A partir daí, ao andamento do processo demorou por conta da inércia do embargado em efetivar a citação de Neusa Aparecida Caldi Braguim e viabilizar a busca e apreensão dos bens, conforme sucessivas intimações e certidões lançadas nos autos ao longo do tempo, confira-se fls. 135 e ss., e, especialmente, as reiteradas certidões de oficiais de justiça que deixaram de cumprir os atos por conta da não-colaboração do embargado ou seus prepostos, fls. 205 e ss., mandado inicial e aditamentos. Chamo a atenção para o número de certidões com o mesmo ou semelhante teor.

O processo chegou ao ponto de, por conta da inércia do credor, os próprios devedores pedirem o cumprimento da busca e apreensão em seu desfavor, confira-se fls. 231/234, ao que sobreveio decisão judicial copiada às fls. 237, que não foi cumprida, porém, mais uma vez



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela negligência do credor que, embora tenha distribuído a precatória, fls. fls. 262, a deprecitada acabou por ser devolvida conforme fls. 282/311, aos 01.04.2013, porque ele, credor, não forneceu – novamente - os meios necessários para a efetivação da diligência.

Aliás, o próprio juízo, em 05.2013, fls. 313, alertou o credor de que a busca e apreensão somente não se efetivava "em razão da inércia da própria autora que não promove o devido andamento do feito, apesar de inúmeras intimações."

Nova tentativa de busca e apreensão, fls. 321, com precatória distribuída pelo embargado em 03.09.13, fls. 346/366, de novo devolvida porque o embargado não forneceu os meios para o devido cumprimento, fls. 357, 363. Devolução em 31.07.14.

Foi só então que o embargado pediu a conversão da busca e apreensão em execução de título extrajudicial, conforme fls. 367/369, petição do mês 08.14, seis anos após movida a ação de busca e apreensão, sete anos após constituídos os devedores em mora, em 2007, pelas notificações extrajudiciais. Ou seja: sete anos após o inadimplemento que fez nascer o direito de pedir a execução direta, que foi, somente em 2014, postulada.

Ora, com todo o respeito a entendimento contrário, a inércia do credor é inequívoca, em dois sentidos (a) se não tinha meios para remover os bens alienados, deveria já em 2007/2008 ter movido a ação de execução, não a de busca e apreensão (b) foi absolutamente inerte no processo, tanto que a apreensão dos bens, embora estejam estes em local certo e sabido, jamais ocorreu.

Reputo prescrita a ação de execução.

Prejudicados os demais pedidos.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos para PRONUNCIAR a prescrição da pretensão de execução deflagrada nos autos principais, CONDENANDO o embargado nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em 10% sobre o valor atribuído à causa, nos embargos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.R.I.

São Carlos, 18 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**